



INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE PARA UMA ALUNA CEGA NO CURSO DE NUTRIÇÃO DA UFPA – RELATO DE EXPERIENCIA

Autores: Lângela dos Santos Carmo
Rosilene Rodrigues Prado¹
Graziela dos Santos Ferreira
Arlete Marinho Gonçalves
Glaubia Rodrigues Amaral

Resumo: A educação inclusiva de pessoas com deficiência está se tornando um tema de grande debate dentro das modalidades de educação, já que estes necessitam de suporte diferenciado de qualidade que está assegurado por lei. Nesse sentido, o presente trabalho apresenta a iniciativa do Núcleo de Inclusão Social (NIS) da Universidade Federal do Pará em garantir o acesso e permanência de alunos com deficiência, mas especificamente neste caso, uma aluna cega estudante de Nutrição, propondo um acompanhamento e construção de estratégias de inclusão. Tais estratégias consistem na adaptação de materiais acadêmicos, orientações aos docentes e utilização de tecnologias assistivas para que seu desempenho acadêmico seja de qualidade.

Palavras chave: Educação inclusiva, estratégia de inclusão, pessoa com deficiência

1. INTRODUÇÃO

A educação na perspectiva da educação inclusiva vem ganhando força nas últimas décadas. Muitas tem sido as discussões e reflexões abordadas acerca da temática, para responder as demandas referentes ao processo de ensino-aprendizagem de pessoas com deficiência.

O paradigma da inclusão pressupõe acesso ao sistema educacional como direito de TODOS, e as instituições devem se adequar para garantir acessibilidade e permanência dos alunos sem exceção aos espaços educacionais (PIECZKOWSKI, 2012).

¹ Professora e Mestra em Teoria e Pesquisa do comportamento (PPGTPC-UFPA). Coordenadora Técnica do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Social da Universidade Federal do Pará (NISPROEG-UFPA). Especialista em Gestão Pública e Políticas do desenvolvimento Regional (NAEA). Graduada em Psicologia (UNAMA). E-mail: rosipradopsi@gmail.com



É direito fundamental de toda criança à educação, independente de suas condições físicas, intelectuais, motoras, econômicas, sociais entre outras. As escolas devem buscar formas de educar tais crianças de forma bem-sucedida, incluindo as que possuam deficiências severas (UNESCO, 1994).

De acordo com o Art. 2º da lei Nº 13.146, de 2015, é considerada pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, sua interação com a sociedade pode ser obstruída através de barreiras.

Compreende-se por *barreiras*

qualquer entrave, obstáculo, sendo atitudinal ou comportamental que limite ou impeça sua participação social, o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (BRASIL, 2015).

Desta forma, desenvolver ações que contribuam para a eliminação de qualquer forma de discriminação e barreiras que impeçam ou limitem a participação plena das PcDs em todos os âmbitos da sociedade é papel do estado, o qual deve

assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar o aprimoramento dos sistemas educacionais, visando garantir o acesso, a permanência, participação e aprendizagem, por meio da oferta de serviços e de recursos e acessibilidade que eliminem as barreiras e promovam a inclusão plena destes alunos (BRASIL, 2015).

Assim, nos últimos anos, as instituições de ensino superior vêm ampliando ações afirmativas que tem contribuído para que, cada vez mais, os alunos PcDs tenham acesso a esses espaços com garantias de acessibilidade aos cursos de ensino superior.

Este crescimento do número de PcDs matriculados no ensino superior, pode ser acompanhado através do Censo da Educação Básica – MEC/INEP, que registrou, no ano de 1998, 337.326 matrículas de estudantes com deficiência, Em 2012, este número subiu para 820.433 matrículas (SECADI/SESu–2013).



O processo de inclusão das pessoas com deficiência no ensino superior deve garantir, não só o acesso, mas também o direito à participação em todas as atividades levando o seu desenvolvimento pessoal, social e profissional.

Os documentos oficiais do governo orientam as IES para o fato de que não seja a deficiência o motivo da restrição ao acesso dessas pessoas à determinados ambientes, nem o fator que irá limitá-las a executarem as atividades de vida diária na academia, nem deve ser tomado como critério para definir a área de seu interesse profissional. Para a efetivação deste direito, as IES devem disponibilizar serviços e recursos de acessibilidade que promovam a plena participação destes estudantes (SECADI/SESu-2013).

Assim, as barreiras que possam vir a ser enfrentadas pelos alunos PcDs e a falta de acessibilidade pode levar a um baixo desempenho acadêmico, ocasionando assim uma formação sem qualidade. (CORRÊA, 2014)

No que diz respeito a participação e a permanência com sucesso dos alunos com deficiência visual no ensino superior, esse tem sido um dos grandes desafios enfrentados por todos gestores, professores, técnicos e alunos.

A definição vigente de cegueira elaborada pelo Conselho Internacional de Oftalmologia, na Austrália define deficiência visual como:

Cegueira – termo usado somente para perda total de visão, neste sentido os indivíduos devem contar com habilidades desubstituição da visão.

Baixa Visão – termo usado para graus menores de perda de visão, sendo os indivíduos podendo receber auxílio por meio de aparelhos e dispositivos de reforço da visão.

Visão Diminuída – a ser usado quando a condição de perda de visão é caracterizada por perda de funções visuais (como acuidade visual, campo visual, etc.) em nível de órgão. Visão Funcional – a ser usado para descrever a capacidade da pessoa de usar a visão nas Atividades Diárias da Vida (ADV). (REIS 2010).

A acessibilidade, neste caso, torna-se um componente indispensável para a efetivação da inclusão (RODRIGUES, 2013).

A ferramenta de leitura e escrita mais conhecida é o sistema Braille que consiste em um sistema tátil, é considerada uma ferramenta poderosa de inclusão, no entanto, apresenta uma série de aspectos limitadores. As maiores



dificuldades está o fato das obras impressas possuírem alto valor, e difíceis de manusear. (FONTANA)

O processo de educação das pessoas cegas impõe a utilização de recursos que facilitem o acesso do aluno a um material adaptado, proporcionando maior acesso a equipamentos de acessibilidade que tornem o material didático, o espaço físico e o tecnológico mais inclusivo, tornando assim o aluno independente (RODRIGUES, 2013).

O uso das tecnologias assistivas auxiliam a acessibilidade destes alunos a materiais didáticos, proporcionando assim, maior independência do aluno com deficiência visual a materiais digitais, e desta forma contribuindo para a inclusão deste aluno (BRASIL, 2009).

Um sistema operacional muito usado pelos deficientes visuais é o DOSVOX, que possui como sua especificidade se comunicar com o usuário através de síntese de voz, facilitando acesso de deficientes visuais ao uso de computadores (PROJETO DOSVOX).

Além do uso da tecnologia o cego também utiliza outros instrumentos de aprendizagem e autonomia, o sistema Braille sendo mais conhecida de leitura e escrita, o uso da reglet (régua utilizada para a escrita), o uso do soroban como instrumento de calculo, além do uso da bengala que garante sua autonomia.

2. OBJETIVO

O presente estudo teve como objetivo analisar as estratégias diferenciadas utilizadas pelos professores e monitores para uma aluna com deficiência visual do curso de nutrição, no intuito de promover acessibilidade de comunicação e informação, e assim produzir ou garantir a aprendizagem.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS



A abordagem metodológica utilizada nesse estudo é de cunho qualitativo, pelo jeito de buscarmos compreender os fenômenos estudados a partir da sua dinâmica de relações sociais, a partir de sua descrição e sua interpretação (KAWARK, 2010).

A pesquisa foi realizada no Instituto de Ciência Biológica da Universidade Federal do Pará, no período de julho a outubro de 2016.

Os dados foram coletados utilizando-se entrevistas, gravações em áudio e vídeo com o uso de celular em situações ocorridas em sala de aula, durante o processo de aprendizagem de uma aluna cega com seus pares (monitor professor e colegas de turma).

Os dados foram analisados com base nas ações e falas dos participantes durante os contextos interativos de aprendizagens.

Foram analisados as seguintes categorias:

- 1- Desafios para a inclusão a partir da eliminação de barreiras atitudinais.
- 2- Desafios para garantia de acessibilidade a partir da eliminação de barreiras pedagógicas.

4 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A acessibilidade aos materiais, recursos, bem como orientações para a sua participação plena nas atividades acadêmicas como: aulas teóricas e práticas, seminários, leituras e discussões de textos acadêmicos em sala junto aos seus colegas era o desafio que se colocava pelo fato de ser da área da saúde, no qual teríamos que contribuir para que ela se apropriasse dos termos abstratos utilizados na academia e que depois precisariam ser contextualizados. Disponibilizar estas informações em formato acessível para a aluna era a minha tarefa: escanear (transferir do papel para o computador) e gotejar textos (corrigir os erros, adaptar tabelas, quadros, esquemas). Assim como, disponibilizar um



notebook com o programa específico para que a aluna respondesse provas junto aos demais alunos, para que desta forma a inclusão da aluna ocorresse de fato.

Nosso primeiro contato a respeito do ingresso de uma aluna cega no curso de nutrição ocorreu através do contato do centro acadêmico da Faculdade de Nutrição, comentaram que foram informados sobre o ingresso de uma aluna com deficiência visual no curso de nutrição, nos informaram que estavam organizando o acolhimento aos calouros, onde disponibilizariam aos alunos um kit contendo um livro, que foi entregue a coordenação do NIS (Núcleo de Inclusão Social) para sua digitalização.

A equipe do NIS entrou em contato com a aluna por telefone, e agendamos um encontro, que tinha como intuito de conhecer as dificuldades e habilidades da docente, para que desta forma orientássemos os coordenadores e professores de forma mais eficiente, assim como garantir seu aprendizado. Estavam presente na reunião a coordenadora da equipe técnica do NIS, a transcritora Braille, uma bolsista, a acadêmica e sua mãe. Com base nas informações ditas pela aluna, foi possível identificar algumas de suas habilidades, tais como: domínio da escrita e leitura braille, utiliza como ferramenta de escrita a reglet, faz uso do computador com o programa dosvox, a acadêmica possui boa percepção tátil e auditiva, e não costuma fazer uso da bengala, no qual orientamos a iniciar o uso, pois, desta forma lhe daria maior independência para locomoção.

Outro ponto positivo observado estava no apoio familiar, no qual sua irmã contribuía com o aprendizado fazendo leituras de textos, sua mãe oferecia suporte na condução da filha até a universidade em muitos momentos dentro da universidade, fato extremamente importante no processo de aprendizagem. Estando de acordo com as idéias de SOUSA, (2012):

A família e a escola são parceiros fundamentais no desenvolvimento de ações que favoreceram o sucesso escolar e social das crianças, formando uma equipe. É fundamental que ambas sigam os mesmos princípios e critérios, bem como a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir. A educação perpassa tanto o ambiente escolar quanto o familiar.



Em outro momento, nos reunimos com 3 professores que futuramente seriam professores da aluna, convidamos para fazer parte da reunião e nos auxiliar nas orientações, dois professores que trabalham exclusivamente com alunos cegos na escola especializada Alvares de Azevedo, sendo um deles biólogo e outro cego, a transcritora Braille do NIS, a coordenadora técnica do NIS, a aluna e sua mãe.

Naquele momento houve a escuta do relato dos futuros professores da docente, no qual observamos algumas falas: PROFESSOR A “nós não fomos formados para atender um aluno com deficiência, principalmente um aluno cego”; PROFESSOR B “Nunca tive esta experiência, de dar aula para um aluno cego, é um grande desafio”; PROFESSOR C “não sei nem por onde começar a oferecer ajuda à aluna”. Depoimentos estes também encontrados no trabalho de BENEVIDES, (2014)

Os relatos demonstram que as ações pedagógicas de ensino e avaliação para o aluno com deficiência ainda encontram inadequadas. A falta de conhecimento do professor sobre as práticas pedagógicas apropriadas e sobre os recursos que possam auxiliar o aluno a desenvolver seu aprendizado de forma mais adequada, são fatores que prejudicam o aluno dentro da instituição.

Em seguida os professores foram convidados a ouvir as orientações da própria aluna, onde citou as orientações: disponibilização de textos em pdf, uso de maquetes táteis, descrição de imagens, de gráficos, de tabelas; fazer a leitura dos textos descritos no slide, assim como, o que escrever no quadro. Sendo coerentes as recomendações feitas por SILVA (2014).

O conteúdo curricular a ser trabalhado na classe, que deve ser o mesmo tanto para os alunos com visão normal como para os alunos cegos. Para estes últimos, propõe-se ênfase especial na aprendizagem concreta, na instrução unificada (associação dos demais sentidos) e na auto atividade. As explicações de aula podem ser dadas da mesma forma, no entanto, o professor deve primar para ser dadas da mesma forma, no entanto, para que seja descritivas e concretas e, sempre que possível, possibilitar que o aluno cego manipule objetos e materiais que sejam os mais próximos possíveis do



real e que facilitem a compreensão e, conseqüentemente, sua participação nas atividades.

Em seguida sua mãe relatou que sua maior dificuldade e preocupação está na questão da mobilidade da filha, visto que, a aluna mora em outro município, relatou ter a preocupação com o deslocamento da filha dentro da universidade.

A equipe criou uma estratégia para garantir a autonomia com segurança quanto ao deslocamento da docente dentro do campus, inserindo uma colega de classe que já haviam criado um vínculo à equipe do NIS e garantir, o deslocamento da aluna dentro do campus e conduzi-la ao ponto de ônibus, garantindo assim a segurança física da aluna, assim como dar o suporte necessário dentro de sala.

Em seguida os professores convidados do Alvares de Azevedo, fizeram algumas orientações tais como: sempre que usar alguma imagem descrevê-las de forma clara e objetiva, quando fazer uso de maquetes táteis, utilizar diferentes texturas e descrever todo e qualquer tipo de material que forem utilizar em aula, conhecer os recursos tecnológicos utilizados pelos cegos, orientaram quanto ao posicionamento da aluna em sala de aula, pois, os lugares mais próximos do professor são mais propícios, pois, a escuta torna-se melhor.

Orientaram que valorizassem a presença da aluna, que a condição de cegueira era apenas um detalhe, que ela realmente tivesse a garantia de participação na turma e não em separado, que valorizasse os trabalhos em grupo e assim eles trocassem experiência e informação, assim como, os amigos de turma compreendessem as dificuldades, mas também, suas competências, a auxiliassem a prosseguir o curso com mais qualidade e aprendizado para ambos, tanto os colegas de turma quanto para a aluna.

Estabelecendo uma relação com os postulados de Vygotskanos sobre a importância das interações sociais de ensino e aprendizagem, reforçando a



importância que representa a atividade conjunta, a relação de cooperação entre alunos e entre estes e o professor.

Em outro momento, nos reunimos com uma professora individualmente e uma fala me chamou atenção: “eu estou apavorada, pois, nunca dei aula para um cego, me sinto super insegura em dar aula pra aluna, me sinto incapaz, pois, parece que estou privando ela de certas informações e ao mesmo tempo, posso está privando a turma de certas informações, não conheço nenhum recurso que ela possa utilizar”. Relatos estes que estão de acordo com as escritas de BENEVIDES (2014), “a falta de formação adequada para lidar com alunos com deficiência em sala de aula apresentou-se como elemento comum à variação de atitudes apresentada pelo docente”.

Orientamos de primeiramente estabelecer vínculos com a docente, para que assim a aluna se sentisse mais confiante e segura para falar de suas dificuldades. Demonstramos para a professora o funcionamento dos recursos tecnológicos que a aluna utilizaria, foi orientado que a professora disponibilizasse todo o material (slide, textos, artigos...) não só para a aluna cega, como também para o restante da turma, mas que todo material em negro (material impresso), fosse entregue com antecedência para que a equipe do NIS transformasse o material em formato acessível em tempo hábil, para ser disponibilizado a aluna garantindo sua participação nas discussões em sala de aula. Orientações essas estão de acordo com o escrito de Silva (2014)

é, portanto, primordial que todos os educando, e em particular o aluno cego, disponham de todos os recursos necessários para ter acesso ao currículo comum, já que a dificuldade dos alunos não está relacionada aos conteúdos a serem adquiridos, mas aos meios com os quais o sistema educativo conta para ensiná-lo podendo ocorrer o paradoxo de haver um aluno incluído fisicamente na sala de aula, mas precisando de integração educativa propriamente dita.

A professora comentou se sentir insegura em utilizar um vídeo durante a aula, pois, o vídeo estava legendado, orientamos a professora descrever o vídeo para a turma e não apenas o transmitir.



Em relação à prova a professora orientamos a levar a prova digitada, em modelo de Word, em pendriver, para que a aluna respondesse utilizando como recurso o notebook com o programa dosvox instalado, junto aos demais alunos e com nossa supervisão.

Em uma das aulas observamos que a professora fazia descrições das imagens, sempre de forma clara e objetiva, muitas vezes comparava as imagens específicas da genética com algo do dia a dia como: a via de mão dupla, um carro levando, parando e deixando componentes, mas sempre utilizando os nomes específicos explicando os conteúdos de forma clara e contextualizada, observamos a preocupação da professora em saber se a aluna estava compreendendo o conteúdo ministrado, a aluna não demonstrou ter tantas dúvidas durante a aula. Durante a transmissão do vídeo (resumo explicativo sobre a replicação do DNA) a professora explicou todos os processos que o vídeo mostrava e sempre que possível descrevia algo para a aluna.

No dia da avaliação o NIS disponibilizou um notebook com o programa dosvox instalado para assim garantisse acessibilidade à aluna, visto que a utilização do programa permitia tanto a leitura de tela quanto a escrita e assim a docente poderia realizar a prova junto aos colegas. Estando de acordo com as orientações feitas por Silva (2014). “importância que o aluno cego seja orientado a seguir as mesmas regras da sala de aula e as normas da disciplina, exatamente como qualquer outro aluno deve seguir”.

A professora utilizou a mesma prova dos demais alunos, diferenciando apenas por ser em formato digital.

A aluna se posicionou de frente aos demais alunos para que evitasse cola. A prova consistia de questões discursivas, de marcar verdadeiro ou falso e completar. A aluna utilizou o mesmo período de tempo para responder as questões que os demais alunos, não observamos dificuldades em responder as questões. Ao término das respostas a prova foi imediatamente salva no pendrive da professora e entregue à mesma.



Em outro momento houve um encontro com a próxima professora do módulo, a disciplina de histologia, durante a reunião a única dificuldade apresentada pela professora foi na descrição das imagens, perguntou se havia um padrão de descrição. Quanto às orientações foram as mesmas fornecidas aos outros professores.

Durante a aula a professora descrevia as imagens de forma clara e objetiva, sempre descrevendo os tecidos a partir do revestimento externo para o interno, especificando os nomes de cada componente da figura e as formas das células, dificilmente comparava as imagens com objetos ou algo utilizado no dia a dia. A aluna não apresentou grandes dificuldades em compreender as descrições da professora.

Uma estratégia utilizada pela professora em relação ao conteúdo de embriologia foi de incentivar a turma a fazer maquetes táteis, a turma foi dividida em grupos e apresentariam os conteúdos de embriologia desde a fecundação até a 8ª semana de gravidez, utilizando maquetes táteis ao invés de imagens ou apresentação de slide.

No dia da apresentação observamos a preocupação da turma com a colega cega, a aluna passou de grupo em grupo ouvindo a explicação dos colegas e tateando as maquetes antes do início das apresentações. O estímulo do tato foi uma excelente estratégia da professora, visto que além de estimular os alunos a refletirem sobre a cegueira, a aluna cega também foi estimulada visto que: o tato é um grande fornecedor de conhecimento e, portanto indispensável no desenvolver das pessoas cegas. Obtendo através desse sentido, as informações necessárias para sua Sobrevivência e seu desenvolvimento físico, mental e intelectual (LIMA, 2004).

Durante a apresentação algumas falas dos alunos nos chamaram a atenção, tais como: “como vocês estão vendo aqui” “como vocês podem observar”.



O grupo da aluna foi o sexto grupo a se apresentar, o tema foi a terceira semana de gestação, a aluna foi a última a se apresentar, observamos que em sua apresentação demonstrou tranquilidade, concentrada, apresentou de forma clara, objetiva e linear. Todos que estavam na sala pararam para prestar atenção na apresentação da colega, ao final da apresentação o grupo foi cumprimentado com muitas palmas, e com uma fala da professora “arrasou”.

A prova foi realizada com os mesmos procedimentos da prova anterior consistia de questões de múltipla escolha, discursivas, e em uma questão havia 3 imagens para identificar o nome das estruturas, a descrição da imagem foi realizada pela professora, apenas para aluna cega, ao término da prova o texto foi salvo e entregue à professora.

A próxima disciplina da turma seria Anatomia, houve um relato da aluna em relação ao professor, a aluna comentou que durante a primeira aula o professor parecia não estar preparado para ministrar aula para um deficiente visual, fez umas falas do tipo: “como vocês estão vendo aqui” mostrando certo despreparo.

Agendamos uma reunião com o professor para orientá-lo sobre alguns aspectos, como: utilizar o tátil da aluna, se houvesse possibilidade utilizar peças anatômicas sintéticas, sempre descrever qualquer tipo de imagem, e outras orientações já descritas, durante as orientações o professor fez uma indagação: “eu posso tocar no corpo dela, tipo, na face, no braço, para que ela tenha uma noção de que parte do corpo estou falando?” orientamos que sim, seria uma excelente estratégia, pois, possibilitaria da aluna em ter noção espacial, mas que deveria pedir a autorização da aluna, outra indagação feita pelo professor, foi: “vocês não acham que o sistema priva ela de muitas informações, pois, infelizmente nem todos os livros estão disponíveis de forma acessível, não possuímos todos os modelos anatômicos necessários, eu não duvido da capacidade dela, tenho toda certeza que ela vai conseguir terminar o curso, mas, como será depois dela formada? Vejo a nutrição como uma profissão muito visual” nossa resposta à essas indagações foram, que: “infelizmente a



universidade e nem a sociedade se prepara para a chegada de uma pessoa com deficiência, infelizmente ela não terá acesso a todos os livros de anatomia, mas faremos o possível para que ela tenha acesso ao máximo de material possível. Quanto ao mercado de trabalho, eles também precisam se preparar pra chegada de pessoas com deficiência, estamos fazendo nossa parte, garantindo a permanência e o sucesso dela no curso”

O professor reconheceu que errou em algumas atitudes na primeira aula, como não descrever imagens, ver a turma como todos videntes, e em certos momentos esquecer que havia uma aluna cega.

No dia seguinte, estivemos em sala junto com o professor, o assunto abordado na aula era sobre osso e sistema esquelético, durante a aula o professor mostrava as peças no slide, mas também mostrava as peças sintéticas para a aluna, levava seus dedos até a parte correspondente ao que ele havia comentado, quando não havia a peça sintética o professor utilizava o próprio corpo da aluna para mostrá-la a localização anatômica. Ao final da aula a aluna comentou que gostou da aula, que a aula tornou-se mais produtiva e interessante.

Com relação a avaliação, o professor fez uso de 3 avaliações, sendo duas teóricas e uma prática, na primeira avaliação o professor disponibilizou a prova em Word, a prova mesclava questões de múltipla escolha, verdadeiro ou falso e questões discursivas, a prova da aluna diferenciava dos demais alunos apenas quando havia alguma figura, que na prova da aluna era substituída por questões adaptadas como por exemplo: “Classifique e descreva os ossos de acordo com a sua forma e indique dois exemplos para cada classe” questão que na prova dos demais alunos, havia uma figura do ossos e pedia que fosse descrito sua classificação e sua forma.

A avaliação prática consistiu em 10 peças anatômicas, sendo 7 peças sintéticas e 3 originais, a avaliação foi realizada da seguinte forma: os alunos receberam um folha contendo 10 questões referente as peças, onde tinham que



responder o que o professor perguntava em relação as peças, como o a nomenclatura do osso, a localização indicada na peça, entre outros.

A aluna fez a prova sozinha, pois algumas questões tiveram que ser adaptadas, já que o professor mostrou preocupação em a aluna tatear as peças originais sem a luva, visto que as peças estavam mergulhadas em formol, por este motivo poderia causá-la, a luva dificultava seu tato, por este motivo o professor adaptou algumas questões fazendo perguntas sobre as outras questões.

Ao final da avaliação o professor comentou se sentir satisfeito com o desenvolver das atividades avaliativas e nos agradeceu.

A segunda avaliação ocorreu da mesma forma que as demais avaliações, não observamos grandes dificuldades da aluna ao responder as questões.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As experiências acima relatadas nos traz um panorama de iniciativas que podem ser implementadas para garantir a permanência deste público que a cada dia mais está demonstrando interesse em ocupar as vagas no ensino superior. Assim como, traz a reflexão sobre como a formação dos docentes se dá na atualidade. Percebemos que existe um vácuo grande e preocupante enquanto a formação da metodologia que deve ser utilizada com alunos que tem algum tipo de deficiência. Isto contribui para efeitos em cadeia dentro do sistema de ensino. Por isso é necessário que os profissionais da área da educação estejam atentos para fornecer de forma efetiva a inclusão e a acessibilidade desse público.

Nesse sentido, reconhecemos muitos avanços ocorridos na área educacional e social, no entanto, sabemos que é necessário avançarmos a cada dia mais no sentido de eliminação de barreiras ainda enfrentadas por este público no sistema educacional.



REFERÊNCIAS

BENEVIDES, M. C.; Avaliação da aprendizagem de alunos com deficiência: estudo de caso em uma instituição de ensino superior da rede pública federal de Fortaleza – Ceará. In: LEITÃO, V. M. **Acessibilidade na UFC tessituras possíveis**. UFC, 2014.

BRASIL. SDHPR - **Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência** - SNPD. 2009. Disponível em:

<<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>>. Acesso em: 27 ag. 2016.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**, Art. 2º da lei Nº 13.146, de 2015

CORRÊA, P. M.; **Acessibilidade no ensino superior: instrumento para avaliação, satisfação dos alunos com deficiência e percepção de coordenadores de cursos**. 2014, Tese (Doutorado em Educação) – programa de Pós-Graduação em Educação Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília 2014.

DOCUMENTO ORIENTADOR, PROGRAMA INCLUIR - ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR, SECADI/SESU 2013.

FONTANA, M. V. L. VERGARA N. E. L. **Educação e Inclusão de Pessoas Cegas: da Escrita Braille à Internet**. Universidade Federal de Pelotas – UFPel Disponível em:

<<http://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/revistafafibeonline/sumario/10/19042010095015.pdf>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

KAUARK, F. S.; MANHÃES, F. C e MEDEIROS, C, H. **Metodologia da pesquisa: Um guia prático**, p.26 Itabuna-Bahia, 2010.

LIMA, F. J.; Ensinando reconhecer desenhos pelo tato: o efeito do treino no desempenho de pessoas cegas na nomeação de figuras examinadas hapticamente.

Disponível em:

<<http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2004/anaisEvento/Documentos/MR/MR-CI0180.pdf>>. Acesso em 27 ago. 2016.



LUZIA GUACIRA DOS SANTOS SILVA, **Estratégias de ensino utilizadas, também, com um aluno cego, em classe regular.** Ufpi 2014

Disponível em:

http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/eventos/evento2004/GT.8/GT.8_5_2004.pdf

PIECZKOWSKI T. M. Z;. **Inclusão no ensino superior: barreiras relatadas pelos estudantes com deficiência,** IX AMPED SUL - seminário de pesquisa em educação da região sul, Unochapecó 2012.

PROJETO DOSVOX: disponível em:
<<http://intervox.nce.ufrj.br/dosvox/intro.htm>>. Acesso em: 27 ago. 2016.

REIS M. X; EUFRÁSIO D. A; BAZON F. V. M.; **A formação do professor para o ensino superior: prática docente com alunos com deficiência visual.** Revista em Educação, v.26 n.01 p.111-130, Belo horizonte, abril 2010.

RODRIGUESR, P;. **O movimento inclusivo no ensino superior na perspectiva de alunos cegos.** 2013. Dissertação (Mestrado em educação) - programa de pós-graduação em educação, Universidade Federal do Piauí, Teresina 2013.

SOUSA J. P;. **A importância da família no processo de desenvolvimento da aprendizagem da criança.** Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em psicopedagogia Clínica e Institucional. Fortaleza – 2012.